

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT06.032

HISTÓRIA, LITERATURAS E CULTURAS AFRICANAS NO ENSINO MÉDIO – A CONTRIBUIÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA A EDUCAÇÃO NO PRÓXIMO DECÊNIO NO CEARÁ/BRASIL

Rosalva Maria Girão Pereira Nogueira¹
Luís Tomás Domingos²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar desdobramentos de um projeto de extensão³ do Programa de Bolsas de Extensão, Arte e Cultura – PIBEAC/UNILAB, que teve origem na pesquisa de Mestrado *Uma Análise da Implementação da Lei 10639/2003 no contexto de escolas estaduais da Região do Maciço de Baturité/CE: entraves e possibilidades* (2017). O primeiro Projeto de Extensão, em 2019, teve como tema ‘África e Brasil: unidos pela História e Cultura’ e nasceu a partir das inquietações de nossa pesquisa, que revelou as limitações para a efetivação da Lei 10639/2003 nas escolas dos municípios, foco daquele estudo. Neste percurso, desenvolvemos o segundo Projeto de Extensão, no ano de 2022, com o tema ‘História, Literaturas e Culturas Africanas no Ensino Médio’. Neste ano de 2024, o projeto está em curso, numa terceira edição, na Escola de Ensino Médio Danísio Dalton da Rocha Corrêa, Barreira, Ceará. O objetivo geral é promover a construção de conhecimentos sobre a África, atendendo a Lei 10.639/2003 e às DCN para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e

1 Profa. Mestre em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Profa. da Rede Estadual de Ensino Seduc/CE, e-mail: profamariazita@gmail.com

2 Docente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades. Bacharelados em Humanidades, Antropologia e Mestrado Associado em Antropologia PPGA-UFC/UNILAB, e-mail: luis.tomas@unilab.edu.br

3 Artigo resultado do Projeto de Extensão PIBEAC - Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

como objetivo específico contribuir para a reeducação das relações étnico-raciais no meio escolar. É público-alvo desta ação alunos das 3ª séries dos turnos manhã e tarde e professores da referida escola. A metodologia adotada é interdisciplinar com abordagem cooperativa e colaborativa e integra as duas áreas de ensino: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Linguagens. Teoricamente, apoia-se nos estudos de Josephy Ki-Zerbo (2010) Hampate Bâ (2010), Curtin (2010), Gomes, (2012), Domingos (2020), entre outros, além dos documentos prescritivos legais. Como resultados, percebemos que a ação contribuiu com o comprometimento da escola na garantia e cumprimento da Lei 10639/2003, foi incluída no Plano de Ação Escolar da Seduc-CE, e favoreceu a participação desta instituição no Selo Estadual de Escolas Antirracistas.

Palavras-chave: Projeto de Extensão, Ensino, História, África, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A “África foi o berço da humanidade”, afirmativa que vem sendo dita e provada por diversos estudiosos, tais como Ki-Zerbo (2010), M’Bow (2010), no entanto essa África de história milenar, de cultura rica, complexa e diversa, precisa se estabelecer no chão das escolas no Ceará/Brasil.

Historiadores e especialistas classificam o Brasil como o maior território escravista do hemisfério ocidental, tendo recebido quase 5 milhões de africanos cativos, entre os séculos XV e XIX, o que o tornou o segundo país de maior população negra ou de origem africana do mundo. No entanto, a nação brasileira é também a que mais resistiu a acabar com o tráfico negreiro e também a última a abolir oficialmente o cativo no continente americano, em 1888. Segundo Gomes (2019, p.29), “o Brasil dos colonizadores europeus foi construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco”.

A par disto, podemos mencionar os projetos de branqueamento da população, ainda no século XIX, tais como os programas de imigração europeia, que tinham por finalidade contrabalançar o número de africanos no Brasil, o que era ratificado por médicos e antropólogos da época. Conforme Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, médico cearense, era necessário “aperfeiçoar as raças” no Brasil (citações em Celia Maria Marinho de Azevedo, Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites apud GOMES, 2019, p.30). Nina Rodrigues, médico e antropólogo maranhense, difundiu também ideias supremamente racistas, as quais afirmavam:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização [...], há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. [...] Consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade. (Os africanos no Brasil, p.24, 1933, apud GOMES, 2019, p. 30).

Nesse cenário aterrador, processo de escravização sofrido pelos povos africanos e tentativa de desenraizamento de suas culturas, línguas e famílias, é que se dá também o processo de reafirmação, no qual o sistema negreiro é rejeitado. Africanos da África e da Diáspora reafirmam a igualdade dos povos e o direito de viver na liberdade com dignidade como outros seres humanos. Segundo Domingos (2017):

Os africanos e seus descendentes foram vendidos, raptados e/ou roubados e trazidos a força em condições desumanas, tinham que dar o sentido e o significado a realidade de novos lugares. (...) Apesar de descarrilamento, o único mapa mental que dispunham para navegar e dar sentido a nova condição de servidão e barbárie era o mapa mental de ser humano na sua cosmovisão (es) africana(s). (DOMINGOS, 2017, p.191)

Neste ano de 2024, completam-se 21 anos da promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica. Passados tantos anos ainda é necessário se pensar sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica de nossas escolas. Esse ensino é determinante na educação brasileira porque contribui com a formação de uma sociedade não racista e que reconhece a participação dos africanos na formação de sua própria história. Em acordo a Ki-Zerbo (2010, p. LVI), “A história da África é necessária à compreensão da história universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros, enquanto o horizonte do continente africano não tiver sido iluminado” - e é necessária à compreensão da nossa formação, da nossa ancestralidade, uma vez que o Nordeste é a região que mais recebeu africanos escravizados ao longo dos três séculos de escravidão, porquanto o povo africano é construtor e partícipe da nossa história.

Nesse contexto, o ensino sobre África e a educação das relações étnico-raciais tem papel preponderante na construção de uma sociedade que almeja ser mais humana, não racista e que rompa com estereótipos e preconceitos arraigados sobre a população negra. Segundo Silva, esse ensino: “impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (PARECER CNE/CP 003/2004, p.503).

É importante salientar que ensinar a história da África e do negro na sociedade e na escola brasileira, em acordo a Munanga (2015) requer questionamentos:

É possível ensinar a história do Brasil sem incluir a história de todos os grupos étnico-raciais que aqui se encontraram em condições históricas diferentes e desiguais? De que maneira é ensinada ou foi ensinada a história da África e dos brasileiros de ascendência africana no sistema educativo brasileiro? (MUNANGA, 2015, p.25)

Embora estejamos no século XXI, os estudos sobre a África na Educação Básica ainda são incipientes, os estudos historiográficos brasileiros refletem quanto a um ensino distorcido, falsificado e preconceituoso, em se fazendo uma comparação à história de outros continentes (MUNANGA, 2015).

Baseado nessas considerações, o presente Projeto de Extensão – **História, Literaturas e Culturas Africanas no Ensino Médio**, 3ª edição, vem desenvolvendo na Escola de Ensino Médio Danísio Dalton da Rocha Corrêa, no município de Barreira, estudos voltados a alunos das 3ª séries do Ensino Médio, - turnos manhã e tarde, contabilizando uma média de 200 alunos -, sobre a história da África, suas literaturas, culturas e sociedades, revisitando temas, principalmente a partir de outra ótica que não seja a do colonizador, para se compreender esse contexto peculiar, sob o ponto de vista de Gomes (2007):

marcado por séculos de escravidão, pela colonização e dominação político-cultural de grupos sociais e étnico-raciais específicos, pela resistência negra à escravidão, por um processo de abolição tenso e negociado de várias maneiras, pela instauração de uma república que não considerou de maneira adequada a necessidade de integração da população negra e liberta, pelos processos autoritários e golpes que marcaram a vida republicana, pela luta dos movimentos sociais, pela retomada da democracia nos anos 80 e pela luta em prol da democratização do Estado e da sociedade atual (GOMES, 2007, p.98).

O projeto ora apresentado atende ao estabelecido pela Lei 10.639/2003, tendo alterado a Lei 9.394/1996, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, em conformidade ao Parecer CNE/CP 003/2004, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. É importante destacar que a Lei 10639/2003 surge como uma demanda da comunidade afro-brasileira e teve origem na luta e resistência do povo negro. Esta Lei, como afirma Gomes (2009), “é resultado de um longo processo e não uma dádiva do Estado”, tem como centro o ensino das relações étnico-raciais, questionando o tratamento das relações étnico-raciais presentes na escola.

A relevância desta ação extensionista, que promove conhecimentos sobre África na educação básica está amparada na pesquisa de Mestrado *Uma Análise da Implementação da Lei 10639/2003 no contexto de escolas estaduais da Região do Maciço de Baturité/CE: entraves e possibilidades*, desenvol-

vida no ano de 2017, pelos autores deste artigo, no Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS/UNILAB). A pesquisa revelou limitações para a efetivação da Lei 10639/2003 nas escolas dos municípios da região do Maciço de Baturité, Ceará, não atendendo de forma ampla as determinações do Parecer CNE/CP 003/2004 e Resolução CNE/CP 01/2004 que normatizam a Lei 10639/2003 e suas Diretrizes, tais como a não divulgação ampla da Lei 10639/2003 e suas Diretrizes, no meio escolar; a não universalização da Política de Formação Docente; uma abordagem da educação das relações étnico-raciais ainda fragilizada naquele período, e a ausência de uma postura política para cerceamento das discriminações raciais.

A presente proposta tem como objetivo geral promover a construção de conhecimentos sobre a África na escola de Ensino Médio– sua história, literaturas e culturas; e por objetivo específico contribuir com o cumprimento da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica; e estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP 03/2004). As Diretrizes integram uma política curricular que incide sobre mudanças comportamentais e devem ser desenvolvidas através de práticas pedagógicas de valorização da diversidade étnico-racial com fins de se coibir a reprodução do preconceito e discriminação racial tão presentes na sociedade brasileira.

Essa ação é fomentada pela Pró-Reitoria de Arte e Cultura da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que persevera na sua política de interiorização ao expandir suas atividades pelo Maciço de Baturité. O estabelecimento de intercâmbio entre Universidade e escola de Ensino Médio propicia estudos e formação aos professores, voltadas para o ensino da história e culturas afro-brasileiras e africanas; contribui para a construção de novos olhares sobre a formação étnico-cultural brasileira e oportuniza aos alunos, concluintes do ensino médio, reconhecer suas origens e afrodescendência como algo positivo, desmistificando o olhar que tem sobre si mesmos e a sociedade, de modo geral, sobre o negro.

No desenvolvimento dessa ação, adotamos a metodologia qualitativa que dialoga com a interdisciplinaridade, através de uma abordagem cooperativa e colaborativa, que privilegia a troca de experiências e a construção do conhecimento no desenvolvimento das atividades propostas. Tal abordagem integra as duas áreas de ensino: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Linguagens.

Nesse percurso, vislumbramos como perspectivas e resultados a inclusão da História da África, Literaturas e culturas africanas nas disciplinas e projetos pedagógicos da escola, assim garantir o cumprimento da Lei 10639/2003.

METODOLOGIA

Esse estudo está em curso na Escola de Ensino Médio Danísio Dalton da Rocha Corrêa, instituição da Rede Pública Estadual de Ensino, subordinada administrativamente à Secretaria da Educação do Estado do Ceará e Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - CREDE 8, Baturité - Ce. Foi criada em 12 de março de 1984, no governo do Dr. Luis Gonzaga Fonseca Mota, localizada à Av. Francisco Torres Gama, Nº 161, Centro, no município de Barreira, Ceará. O município está localizado a 75.5 km de Fortaleza e possui área total de 245.95 Km² e é um grande produtor de caju no Ceará, com 22.392 habitantes, dados do censo de 2022.

Compõe o público-alvo desse estudo alunos das 3^a séries do Ensino Médio e professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Linguagens e suas Tecnologias. As práticas pedagógicas vêm sendo desenvolvidas durante este ano letivo de 2024, tiveram início no mês de fevereiro e serão finalizadas no mês de dezembro. O projeto prevê o atendimento a aproximadamente 200 alunos e 15 professores.

A execução deste projeto adota a metodologia qualitativa que dialoga com a interdisciplinaridade e adota uma abordagem cooperativa e colaborativa, privilegiando a troca de experiências e a construção do conhecimento no desenvolvimento das atividades propostas.

Segundo o Manual do Pesquisador - Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa (2023), a pesquisa qualitativa pode ser desenvolvida quando o foco do estudo são as relações e interações sociais, cujo objetivo é observar, investigar, explicar e aprofundar o conhecimento das instituições de dentro das mesmas, tais como o setor da educação. (MANUAL DO PESQUISADOR - MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA QUALITATIVA (2023, P.11-12)

Essa ação integra as duas áreas de ensino: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Linguagens, no desenvolvimento de estudos pertinentes à História e Cultura Afro-brasileira e Africana. São duas redes de ações propostas: alunos da 3^a série do Ensino Médio; e professores das áreas “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e “Linguagens”.

A metodologia adotada contempla estudos bibliográficos e fundamenta-se nos textos legais da Lei 10.639/2003, no Parecer CNE/CP 003/2004, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução Nº 1/2004). E tem como subsídio o documento denominado Educação para as Relações Étnico-Raciais e Semana da Consciência Negra – Orientações, uma proposta didático-pedagógica desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará cujo objetivo é contribuir com uma educação para a diversidade, inclusão e, sobretudo, antirracista.

Estas orientações apresentam possíveis caminhos para cumprir uma política educacional que reconheça a necessidade da transversalidade da temática da diversidade étnico-racial nas práticas dos componentes curriculares e, sendo mais pretensivas/os, executar a implementação das referidas leis. Espera-se que estas orientações sejam bem recebidas pela comunidade escolar, por suas/seus gestoras/es e educadoras/es, como um importante subsídio para a abordagem da diversidade étnico-racial na educação e na rede de ensino. (SEDUC-CE, 2023, p.6)

A linha pedagógica adotada neste projeto de extensão ampara-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que se estabeleceram como um guia orientador para a educação das relações étnico-raciais e meio de combate às discriminações raciais no meio escolar, tendo como princípios orientadores: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações (PARECER CNE/CP 003/2004, p.498). Conforme Zubaran e Silva (2012, p.134), “a política educacional proposta pelas diretrizes curriculares requer o aprofundamento dos conceitos de raça, etnia, cultura afro-brasileira e identidades negras e sua contextualização no processo histórico em que se constituiu a nação”.

O projeto tem como público alunos das turmas das 3º séries, nos turnos manhã e tarde, e é desenvolvido através de oficinas pedagógicas, estratégias de ensino e aprendizagem que viabilizam a troca, o diálogo e a proposição de tarefas entre alunos e bolsistas da universidade. As oficinas são previamente planejadas e previstas no calendário de ações do projeto, que é validado pela coordenação escolar, podendo sofrer ajustes no decorrer do ano, visto que a escola atende a uma agenda da Crede 8/Seduc-CE.

No desenvolvimento das oficinas, são utilizadas mídias, disponibilizadas pela escola, e há todo um planejamento escolar para definição de ambientes, laboratórios, sala de multimeios ou salas de aula para a sua execução. Uma segunda ação viabiliza a participação dos bolsistas nas aulas de Disciplinas Eletivas, conforme calendário e solicitação da coordenação escolar.

A ação destinada aos professores visa contribuir com sua formação continuada e ocorrem conforme calendário estabelecido pelo projeto e validado pela coordenação escolar, com fins de possibilitar a maior participação de professores escolares. Na formação docente, participam todos os integrantes do projeto, coordenadores, colaboradores e bolsistas.

Nesse cenário, a formação docente gera reflexão com um novo olhar sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola de educação média. Essa proposta tem por finalidade apresentar a história da África sob o ponto de vista dos africanos, o que é uma perspectiva justa, nas palavras de Curtin (2010, p.37): “provavelmente a única forma de levar a termo um esforço internacional; é também a mais aceita pelos historiadores da África, tanto na própria África quanto no ultramar”. A seguir, tabela que detalha a distribuição cronológica das atividades da ação:

Atividades da Ação	MESES/ANO 2024											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
PLANEJAMENTO DAS AÇÕES 1º SEMESTRE	X											
1ª FORMAÇÃO DOCENTE - JORNADA PEDAGÓGICA	X											
ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TEMÁTICA 1/ APLICAÇÃO DA OFICINA		X										
ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TEMÁTICA 2/ APLICAÇÃO DA OFICINA			X									
ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TEMÁTICA 3/ APLICAÇÃO DA OFICINA				X								
ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TEMÁTICA 4/ APLICAÇÃO DA OFICINA					X							
2ª FORMAÇÃO DOCENTE						X						
1ª AVALIAÇÃO DAS AÇÕES						X						

Atividades da Ação	MESES/ANO 2024											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
PLANEJAMENTO DAS AÇÕES 2º SEMESTRE							X					
ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TEMÁTICA 5/ APLICAÇÃO DA OFICINA								X				
ORGANIZAÇÃO DA OFICINA TEMÁTICA 6/ APLICAÇÃO DA OFICINA									X			
3ª FORMAÇÃO DOCENTE									X			
ORGANIZAÇÃO SEMINÁRIO ESCOLAR										X		
REALIZAÇÃO SEMINÁRIO ESCOLAR											X	
AVALIAÇÃO FINAL DAS AÇÕES												X

Fonte: os autores (2024)

As práticas pedagógicas tiveram início no mês de janeiro e serão finalizadas no mês de dezembro deste ano 2024. O alcance da ação será atestado através de relatórios de frequências, registros fotográficos e certificação de participação nos eventos. Foram estabelecidos dois encontros de avaliação da ação, com a participação do coordenador escolar, bolsistas, coordenadores do projeto e professor colaborador. São instrumentais utilizados na avaliação: questionários que identificam o alcance do número de participantes, cumprimento das oficinas, formação docente e seminário. Como também atendimento/percepção das temáticas desenvolvidas nas oficinas e formação de professores.

A ação é acompanhada pela Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX-UNILAB) através de Relatórios parciais/finais, que segue calendário próprio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente ação, que se apresenta na sua 3ª edição, tem apresentado resultados significativos quanto à mobilização da comunidade escolar para práticas pedagógicas que valorizam o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e

Africanas, colaborando para a construção de um ensino que respeita as singularidades e diversidades dos alunos.

A relevância dessa ação justifica-se pelo fato de a sociedade brasileira ser considerada uma das maiores sociedades multirraciais do mundo e ser constituída por um grande número de descendentes de africanos, são mais de 40% do corpus da população brasileira de ascendência negra e africana (GOMES, 2007).

É a partir da Lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana/2004 que se dá início, embora timidamente, a uma proposta de um ensino que contemple a diversidade étnico-racial. Nesse percurso, de lá até aqui, foi necessário que a escola repensasse a sua postura e prática pedagógica comprometida com o ensino da história da África, da memória e culturas negras.

Consideramos que a execução desse projeto, que conta com três edições, fomentou uma discussão que vem reconstruindo o olhar sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na escola de educação média. O trabalho extensionista se revelou fundamental nesse processo para a prestação de serviços à comunidade, de onde se originam novos saberes, uma vez que a partir dessa troca e compartilhamento de saberes vislumbra-se à formação humana, de pessoas com valores voltados para o respeito às diversidades, destituídas de preconceitos e enraizamento racistas.

Sobre as ações em curso do referido projeto, no primeiro semestre, foram realizadas oficinas temáticas, através de uma abordagem cooperativa e colaborativa, que desenvolveram temas quanto às relações étnico-raciais; cultura africana: práticas populares de Angola e Moçambique; Literaturas africanas; Griots e mestres da Tradição oral: Povos Bantu; e religiosidade de matriz africana. (ver figura 1).



Fonte: Escola Danísio Corrêa, Oficina- 1º semestre

Nesse contexto, o exercício das oficinas pedagógicas, desenvolvidas por bolsistas de origem africana, o diálogo com os alunos e professores, a formação docente e a proposição de temas, antes invisibilizados pelos currículos escolares, é que vem desenvolvendo a percepção quanto às diversidades. Temos ciência, em conformidade a Nunes (2015), que

Neste sentido, reconhecer que a diversidade é perpassada pela diferença requer que seja ultrapassado o senso comum que invisibiliza quando e como é feita a diferenciação; na maior parte das vezes, o reconhecimento da diferença está imerso em valores racistas [...]. (NUNES, 2015, p. 112)

Em relação à formação de professores, os integrantes deste projeto participaram de planejamentos para organização do calendário das ações com a coordenação escolar e os professores da área das Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e Linguagens, como também planejamentos de áreas. A formação docente vem sendo desenvolvida, conforme cronograma das ações, sob a coordenação do Professor-Coordenador do PIBEAC/UNILAB. (ver figura 2).



Fonte: Escola Danísio Corrêa, Formação de Professores- 2º semestre

Compreendemos que é a partir de novos estudos sobre a África, a Nova História Africana, que vem sendo estudada por diversos pesquisadores através de novas metodologias, que são discutidos temas, antes negligenciados por uma historiografia exógena, os quais hoje tratam da reconstrução da História da África e, portanto, devem ser incluídos no currículo escolar dada a sua relevância na história da humanidade. Conforme M. Amadou Mahtar e M'Bow apud Ogot (2010, p.24), "a África foi, com toda probabilidade, o berço da humanidade, palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história, ocorrida no período Neolítico", e isso nos impõe o desafio de pensá-la como local de origem histórica e sócio-político-cultural de todos os povos.

Como resultados alcançados neste ano de 2024, observamos, nesse processo de construção de saberes sobre a história do continente africano e formação do povo brasileiro, que há muito ainda a ser aprendido, mas também percebemos que as relações entre escola e universidade estão mais próximas. Há bastante colaboração entre os bolsistas da Unilab, os responsáveis pelo desenvolvimento das oficinas, e alunos, professores, coordenação pedagógica para que o projeto alcance êxito. É necessário dizer que a escola pública do estado tem agendas muito específicas e muitas demandas por atender, tais como avaliações externas, SPAECE, ENEM, e formações de professores na CREDE 8, o que exigiu, por vezes, uma reorganização no calendário das ações deste projeto.

O projeto contribuiu para o incentivo da educação das relações étnico-raciais e favoreceu a construção de práticas pedagógicas de combate à discriminação racial, gerando a organização de um canal de denúncia contra o racismo no meio ambiente escolar, o que é algo novo para a comunidade escolar.

É nesse contexto em que o projeto se insere, da difusão e debate sobre a história da África e seus povos e sua relação com a formação da sociedade brasileira, que se dá o desenvolvimento dessa educação.

Apresentamos como conquistas dessa ação para a comunidade escolar a inclusão da Lei 10.639/2003 no PPP - Projeto Político Pedagógico da instituição, o que apresenta diversos desdobramentos, tais como discussão do currículo escolar, proposta das Disciplinas Eletivas Africanidades e Literatura afro-centrada. Ressaltamos a inclusão do projeto de extensão no Plano de Ação Escolar da Seduc, o que culminou com a participação da escola no II Edital do Selo Escola Antirracista (2024), uma ação do Estado cujo objetivo é dar continuidade à Política da Educação para as Relações Étnico-Raciais na rede pública estadual de ensino do Ceará, o que vem a ampliar o debate em torno da equidade racial no estado.

A instituição da obrigatoriedade de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica em 2003 representou um aporte para o reconhecimento e valorização da contribuição africana para a formação da sociedade brasileira. No entanto, passados mais de vinte anos, e existam exemplos de escolas com boas práticas na implementação da lei, é ainda comum que a temática seja tratada de forma pontual, limitada a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro.

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), um documento contemporâneo que passa a ser uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas de ensino escolares, determina que

cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer

CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004. (BNCC, 2018, p.20)

Salientamos que a BNCC está comprometida com a formação integral da criança e do jovem, promovendo a educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana, ratificando, pois, o texto da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório a inclusão dos temas definidos neste documento, tais como a História da África e das culturas afro-brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Extensão – **História, Literaturas e Culturas Africanas no Ensino Médio** é um aporte importante que contribui na formação de espaços escolares que fomentam um ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, propiciando ao jovem acesso a uma história que lhe foi negada, uma vez que foi invisibilizada nos livros didáticos, e por muitos anos ausente da formação acadêmica dos professores.

As perspectivas que nasceram a partir da realização desse projeto buscam suprir essa lacuna que há muito vem sendo questionada na educação básica, favorecendo a inclusão da história da África, suas literaturas e culturas nas disciplinas e projeto político-pedagógico da escola.

A par disto, os estudos sobre a África na educação básica ainda são incipientes, o que exige da escola um comprometimento com uma discussão pautada nos conceitos de “raça,” etnia, cultura afro-brasileira e identidades negras, e isso implica na formação contínua de professores e na construção de currículos que não silenciem diante da diversidade étnico-cultural de seus alunos e sociedade como um todo.

Nesse contexto, a ação extensionista, que é desenvolvida ao longo deste ano, formou diversas parcerias que envolvem coordenadores do projeto, alunos-bolsistas e voluntários, professores da referida escola, gestor escolar, coordenador pedagógico e, principalmente, os alunos. Isso requer planejamento, avaliação das ações e uma escuta atenta sobre os envolvidos.

Sobre o impacto social já constatado neste ano de 2024, uma vez que o projeto está em curso, compreendemos que, nesse processo de construção de saberes sobre a história do continente africano e descendência do povo brasileiro, há muito ainda a ser aprendido e compartilhado, mas também percebemos

que as relações estão mais próximas, há interesse da comunidade escolar em dar prosseguimento às ações, em debater as temáticas e também há convites aos alunos-bolsistas para a participação nas Disciplinas Eletivas, por exemplo. Outros ganhos com o projeto dizem respeito à inclusão oficial da Lei 10.639/2003 no PPP - Projeto Político Pedagógico da instituição, como uma ação permanente; e a inclusão do projeto de extensão no Plano de Ação Escolar, que é uma agenda da Seduc-CE e isso propiciou à escola a sua participação no Selo Estadual de Escolas Antirracistas/2024.

O intercâmbio entre universidade e escola de ensino médio para construção de conhecimentos sobre África e sua relação social e histórica com a sociedade brasileira, vem propiciando a construção de novos olhares sobre a formação étnico-racial do povo brasileiro, educando jovens para exigirem que os direitos sociais e a democracia saiam do discurso e se efetivem por meio de políticas públicas. Principalmente, contribui para que os jovens, alunos concluintes do ensino médio, reconheçam suas origens e sua afrodescendência, desmistificando o olhar que tem a sociedade sobre o negro, o que significa garantir o respeito às diferenças e promover positivamente a cultura afro-brasileira.

Essa ação está vinculada ao processo de formação de pessoas, sejam bolsistas da universidade, professores escolares, gestores, alunos e demais integrantes da comunidade escolar e isso resulta na difusão de conhecimentos e pesquisas, ampliando o espaço escolar na divulgação de conhecimentos dos estudos africanos, através de participação e publicações em eventos acadêmicos.

O trabalho extensionista revela-se, pois, fundamental para a prestação de serviços à comunidade, de onde se originam novos saberes, uma vez que a partir dessa troca e compartilhamento de saberes vislumbra-se à formação humana, de pessoas com valores voltados para o respeito às diversidades, destituídas de preconceitos e enraizamento racistas.

Assim, o objetivo maior que é contribuir para formar o jovem para conviver numa sociedade multifacetada, possibilitando a construção de sua própria identidade, vem se fortalecendo, o que nos coloca no caminho para uma convivência de maior respeito às diversidades e a construção de uma sociedade mais humanizada.

Por fim, participamos de um processo de formação de pessoas que vem contribuindo com a educação do Estado do Ceará e impacta na construção de uma escola mais atuante. Principalmente, uma escola ciente de que é necessária a prática de uma educação antirracista, promotora da convivência entre tradi-

ções e práticas culturais diferenciadas e construção de currículos que não mais silenciem a história dos povos africanos, povos estes que formam a diversidade étnico-cultural do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 ago.2020.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 02 out. 2015.

BRASIL. **Parecer CNE/CP 03/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

CURTIN, P. D. **Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral**. In História geral da África, I, Cap. 3: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo.– 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.992 p.

DOMINGOS, L.T. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência. Identidade! | São Leopoldo | v. 22 n. 2 | p. 190-208 | jul-dez. 2017. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/1237/1056 Acesso em: 20 ago. 2024.

DISTRITO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa**. Distrito Federal: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023, 148 p. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_276.pdf. Acesso em 17 setembro.2024.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial e Educação no contexto brasileiro: algumas reflexões.** In: Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Nilma Lino Gomes (org). Belo Horizonte: Autêntica, 2007.136 p.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**, volume 1.-1. ed.- Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

KI-ZERBO, J(Editor). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África** – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.992 p. Disponível em: <http://portal-doprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015104.pdf>. Acesso em 17_mar. 2023.

MUNANGA, Kabangele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. N.62. dez/2015 (p.21-31). Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/issue/view/8151/438> Acesso em: 03 set. 2024.

OGOT, B.A. (Editor). **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** - 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. 1192 p. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/hga_V_africa_do_seculo_XVI_ao_XVIII.pdf. Acesso em 17 out.2024.

SEDUC, CE. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** Ministério da **Educação**/Secretaria da **Educação** Continuada, Alfabetização e Diversidade. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/11/orientacoes_erer.pdf. Acesso em 10 ago.2024

ZUBARAN, M. A; SILVA, P. B. G. **INTERLOCUÇÕES SOBRE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: Pertencimento étnico-racial, memórias negras e patrimônio cultural afro-brasileiro.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 130-140, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/zubaran-silva.pdf>. Acesso em: 21, fev. 2017.

NUNES G. H. L. **Educação, relações raciais: desafios e possibilidades frente às diversidades.** Diversidade e inclusão / Kronbauer, Selenir Corrêa Gonçalves [et al]. – São Leopoldo: Faculdades EST, 2018. 140 p. Disponível em: <https://www.perse.com.br/Diversidade+e+inclusao-634.htm>. Acesso em 15/10/2024.